

Os sem-voto

EDUARDO BRITO

Difícilmente se encontrarão mil eleitores paulistas que saibam quem é Pedro Piva. No entanto, esse mesmo Piva poderá representar São Paulo no Senado durante os próximos oito anos. Basta que o senador eleito José Serra seja nomeado para um ministério e, depois, chegue a governador. Pronto. Pedro Piva, um próspero empresário, ganhará oito anos limpinhos no Senado.

Isso se deve a uma peculiaridade do Direito Eleitoral brasileiro, que não prevê o voto para suplente de senador. Ao escolher o senador, o eleitor estará automaticamente votando também no suplente. É o mesmo princípio do vice-presidente ou do vice-governador, com uma diferença: enquanto o vice em geral torna-se conhecido do grande público, como provou o senador José Paulo Bisol, o suplente raramente desperta interesse.

Na verdade, é comum não se saber sequer a forma pela qual se selecionaram os suplentes. Em tese, as convenções partidárias serviriam para a escolha. Na prática, o jogo é outro. Acabam indicados pelo cabeça de chapa ou pela executiva regional do partido. Por exemplo, na convenção do PMDB capixaba, este ano, uma manobra paroquial impediu a candidatura à reeleição do senador João Calmon, um dos maiores nomes do estado. Por oito votos, ele ficou em terceiro lugar entre os postulantes ao Senado, cabendo a segunda vaga a um candidato laranja, lá colocado apenas para permitir uma coligação branca. Supunha-se que Calmon receberia a suplência do mais votado, Gerson Camata. Em vez disso lá apareceu Luiz Pastore, outro empresário, que vive fora do Espírito Santo há anos.

É justamente o caso de Ney Suassuna, de importante família paraibana. Radicado no Rio, é inclusive presidente da Associação Comercial da Barra, dono de um importante colégio e de bem-sucedidos empreendimentos imobiliários. Suplente do senador Antonio Mariz, a quem já substituiu com grande competência, Suassuna recebe agora quatro anos de mandato. Pela Paraíba, que elegeu Mariz governador.

As vezes, o suplente dá sorte. É o caso de Altevir Leal, um dos maiores proprietários de terras do Acre. Suplente de

Geraldo Mesquita em 1970, ganhou quatro anos de mandato a partir de 1974, quando Mesquita se tornou governador. Terminado o prazo, Altevir não se candidatou à reeleição. Ficou como suplente do idoso José Guimard, escolhido biônico. No meio do mandato, Guimard faleceu. Mais quatro anos para Altevir. Que, depois, não retornou mais ao Congresso.

A presença de magnatas nas suplências não é rara, embora às vezes torne-se difícil explicá-la. Pedro Piva, que nunca disputou uma eleição de importância, foi colocado na primeira suplência de Serra. Na segunda está o jurista Miguel Reale Junior, muito mais conhecido e suplente de deputado federal. Um dos maiores exportadores de café do País, Jônice Tristão, também não é veterano de eleições. Mesmo assim hoje é senador pelo Espírito Santo, substituindo o ministro Elcio Álvares.

Muitos dos suplentes apresentam bom desempenho político. É o caso de Jamil Haddad, que substituiu Roberto Saturnino e chegou a ministro da Saúde. É o caso do próprio Suassuna e de muitos outros. Raramente, porém, o suplente tem densidade eleitoral. A socióloga Eva Blay, que substituiu Fernando Henrique Cardoso quando ministro, é tão rica em currículo quanto pobre em voto. Tentou agora a Câmara dos Deputados e não se colocou sequer entre os 100 mais votados.

Por isso mesmo é que, justa ou injustamente, o suplente vem sendo chamado de último dos biônicos. Afinal, ele se torna membro de um dos mais importantes colegiados eletivos da República sem receber diretamente um só voto. Mais uma vez, trata-se de uma peculiaridade brasileira. Pouquíssimos países dispõem desse mecanismo de substituição. Nos Estados Unidos, por exemplo, simplesmente não há suplente. Se o senador deixar o mandato, um substituto é indicado por prazo curto, até que se realizem novas eleições. Na França, o cargo fica simplesmente vago. Algo para se pensar na reforma constitucional.